

TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA I - CP074 (1º. SEM. 2020)

PROF. VALERIANO COSTA

Ementa: O curso objetiva familiarizar o estudante com diferentes abordagens teórico-metodológicas relevantes no trabalho de investigação desenvolvido atualmente no âmbito da Ciência Política. Nesse sentido, o curso deverá indicar os vínculos significativos que tais abordagens mantêm com as grandes tradições do pensamento moderno e contemporâneo e suas manifestações em disciplinas vizinhas no campo das Ciências Sociais. Esta disciplina desenvolve a Parte I dessa programação, constando de dois módulos: Teoria Política Marxista e

Módulo 1: *Teoria Política Marxista*

O tema deste módulo é a teoria política marxista. Esse é um tema amplo e complexo por diversas razões. Em primeiro lugar, porque a obra de Marx é heterogênea, como também o são as interpretações dessa obra: há, na verdade, vários marxismos. Em segundo lugar, a amplitude e a complexidade do tema advêm da grande quantidade e variedade de conceitos e de teses que, articulados, formam a(s) teoria(s) política(s) marxista(s). O nosso módulo, dispondo apenas de oito sessões, dará prioridade a algumas correntes do marxismo em detrimento de outras e, no que tange ao nosso objeto, examinará apenas um conceito: o próprio conceito de política. .

II

Nosso objetivo será extrair, discutir e desenvolver o conceito de política presente na obra de maturidade de Karl Marx, principalmente nas suas obras históricas e, subsidiariamente, em obras históricas de Friederich Engels. Estamos nos referindo a textos conhecidos como o *Manifesto do Partido Comunista*, *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, *Guerra Civil na França*, *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, *Os Bakuninistas em Ação* e outros. Nossa exposição será polêmica. Vale dizer, além de extrair e desenvolver o conceito de política presente nessas obras, procuraremos contrastar, ainda que de modo breve, alguns aspectos desse conceito de política com os conceitos elaborados

por autores e escolas não-marxistas - como Michel Foucault, Jürgen Habermas, a teoria das elites e os autores pós-modernos.

III

Partiremos da hipótese segundo a qual é possível extrair uma definição de política das obras citadas. Essa definição aplica-se apenas às sociedades de classe e poderia ser assim sintetizada: *a política é a luta (de classes) pelo poder de Estado*. A política é concebida, portanto, como uma atividade específica, voltada para um objetivo específico (a manutenção ou conquista do poder de Estado), embora esteja indissoluvelmente ligada, na obra de Marx e Engels, às demais práticas sociais. Essa atividade específica que é a política, é concebida também como uma luta (pelo poder de Estado) porque seu campo de ação é constituído por interesses contraditórios de classes e frações de classe: a política é luta e, no limite, pode transformar-se em guerra. Tal definição da atividade política não é óbvia nem consensual. Ao longo das sessões que compõem o nosso módulo enfrentaremos as dificuldades e polêmicas que decorrem dessa definição.

Bibliografia

1. Textos de Marx e Engels

Engels, Friedrich. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*.

_____ *Os Bakuninistas em Ação*.

Marx, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*.

_____ *Guerra Civil na França*.

_____ *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*.

2. Textos de teoria política marxista

Anderson, Perry. *As Antinomias de Gramsci*.

Boito Jr., Armando: “Crise Política e Revolução”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, n.1, 1993.

_____ “Os Tipos de Estado e os Problemas da Análise Poulantziana do Estado Absolutista”, *Crítica Marxista*, n.7, São Paulo, Xamã Editora, 1998.

_____ “Comuna republicana ou Comuna operária? A tese de Marx posta a prova” in Armando Boito Jr. *A Comuna de Paris na História*, São Paulo e Campinas, Co-edição Editora Xamã e Cemarx, 2001, pp. 47-67.

Codato, Adriano e Perissinotto, Renato “O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx”, revista *Crítica Marxista*, n. 13, São Paulo, Editora Boitempo, 2001.

Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Lênin, V. *O Estado e a Revolução*.

Lessa, Sérgio, “Marxismo e ética”, *Crítica Marxista* n. 14, São Paulo, Editora Boitempo, pp. 104-109.

Lessa, Sérgio, “Direito e política”, (obra coletiva sobre Lukács editada pela Boitempo em 2002)

Mao Tsé-Tung *Sobre a Contradição*.

Moraes, João Quartim, “Continuidade e ruptura no pensamento de Marx: do humanismo racionalista ao materialismo crítico” in Armando Boito Jr, Caio Navarro de Toledo, Jesus Ranieri e Patrícia Vieira Trópia (orgs), *A Obra teórica de Marx - atualidade, problemas e interpretações*, São Paulo e Campinas, co-edição Editora Xamã e Cemarx, 2000.

Poulantzas, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*, capítulo I (*Questões gerais*), itens 1 (*Sobre o conceito de político*) e 3 (*Sobre o conceito de poder*).

_____ *O Estado, o Poder e o Socialismo*.

Saes, Décio, “O lugar do pluralismo político na democracia socialista”, revista *Crítica Marxista*, n. 6, pp. 23-35.

_____ “O conceito de Estado no jovem Marx” in *Estado e democracia: ensaios teóricos*, Coleção Trajetórias, Ifch-Unicamp, 1995

Trotsky, Leon. *Moral e Revolução*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra

3. Textos diversos

Althusser, Louis *Lire le Capital* - Item nº 7 do Prefácio e o Capítulo VI [“Propositions épistémologiques dans *Le Capital* (Marx, Engels)]

_____ *Pour Marx*, “Sur le jeune Marx”.

_____ *idem*, “Marxisme et humanisme”

_____ “A querela do humanismo”, revista *Crítica Marxista*, n. 9, São Paulo, Editora Xamã, 1999, pp. 9-51.

Colliot-Thelène, Catherine “Habermas, leitor de Marx e de Marx Weber”, revista *Crítica Marxista*, n. 12, São Paulo, Editora Boitempo, 2001, pp. 41-59.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*.

Freud, Sigmund *Cinq leçons sur la psychanalyse*, Paris, Edição Payot, Coleção Petite Bibliothèque Payot, 2001, 3ª ed. (tradução de Yves Le Lay).

_____ *Sur le rêve*, Paris, Gallimard, coleção Folio Essais, 2001, 2ª ed (tradução de Cornélius Heim).

Holanda, Heloísa Buarque. *Pós-Modernismo e Política*.

Löwy, Michel. “Habermas e Weber”, revista *Crítica Marxista*, nº 9, São Paulo, Editora Xamã, 1999.

Saes, Décio. “Uma Contribuição à Crítica da Teoria das Elites”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, nº 3, 1994.

Stuart-Mill, John. *Sobre a Liberdade*.

Yvon J. Thiec e Jean-René Tréanton “La Foule Comme Objet de ‘Science’”, *Revue Française de Sociologie*, janvier-mars 1983, XXIV-1, pp. 119-125.

Isabel Monal, “Ser genérico y esencia genérica en el joven Marx”, *Crítica Marxista*, n. 16, São Paulo, Editora Boitempo, 2002.

Modulo 2: Novo Institucionalismo

NOVO INSTITUCIONALISMO: NOVA ABORDAGEM OU UM VELHO ARGUMENTO REVISITADO?

O Novo Institucionalismo surgiu e se consolidou como uma abordagem específica dentro da ciência política entre os anos 70 e 80 em resposta, por um lado, à suposta crise de paradigmas que abordagens como o funcionalismo, o behaviorismo e o marxismo - na opinião de diversos teóricos e pesquisadores filiados a essas abordagens - pareciam incapazes de responder, e, por outro lado, como resposta ao desafio proposto pela emergência de abordagens racionalistas e formalistas, como a teoria da escolha racional, a teoria da escolha pública e a teoria dos jogos, que negavam os fundamentos sociológicos e históricos nos quais as abordagens “tradicionais” se apoiavam para explicar a ação social (coletiva).

Resumindo o argumento, a(s) resposta(s) da abordagem institucionalista à crise de paradigmas tradicionais e ao desafio proposto pelas abordagens racionalistas e formalistas não se configurou na proposição de um novo paradigma para a ciência social, que se opusesse ao paradigma do individualismo metodológico, mas na

elaboração de um instrumental analítico que desse conta do problema da “mediação” ou “conversão” dos fundamentos teóricos da ação coletiva propostos pelas diversas abordagens - racionalidade, interesses, cultura, etc.- em processos de ação coletiva concretos e passíveis de verificação empírica.

Como se pode perceber, o novo institucionalismo é, por um lado, uma tentativa de resgate do processo de construção institucional como o fundamento teórico e empírico da ação social, e, por outro, uma tentativa, ainda que embrionária, de unificação das ciências sociais em torno do paradigma institucional que não recusa preliminarmente nenhum dos paradigmas anteriores, mas procura reelaborá-los dentro de uma concepção que opere a mediação entre as grandes teorias sociais e a análise empírica, especialmente na sua vertente comparativa.

Dito isto, é preciso reconhecer que em razão mesmo de sua ambição, o novo institucionalismo tem encontrado enormes dificuldades para se afirmar como uma abordagem com fundamentos teóricos e objetos próprios. Ao longo das duas últimas décadas surgiram as mais diversas tentativas de abordagem institucionalista, não necessariamente contraditórias, mas cuja heterogeneidade tem dificultado a configuração de espaço (teórico e empírico) de diálogo entre as suas diferentes variantes.

Essa constatação informa e justifica a estrutura do módulo que se desdobra em 2(dois) tópicos: o tópico I, procura destacar o núcleo do argumento institucionalista em contraste com as demais abordagens (marxismo, funcionalismo, behaviorismo, racionalismo); o tópico II, apresenta as três variantes principais do novo institucionalismo:

I) a primeira incorpora alguns argumentos da abordagem da escolha racional para explicar o surgimento e o papel das instituições (regras, normas) na superação dos obstáculos à ação coletiva,

II) a segunda deriva da sociologia organizacional a necessidade de contextos institucionalizados (organizações, rotinas, normas de ação) que tornam possível (e significativa) a ação coletiva;

III) a última, se vincula à ampla linhagem de abordagens histórico-estruturais (marxista, funcionalista, weberiana) e procura reelaborar os fundamentos sociológicos e históricos da ação coletiva produzidos por essas abordagens (interesses, ideologias, tradições e estruturas organizacionais) como forças sociais e históricas que configuram contextos institucionais que impedem, retardam, consolidam ou aceleram processos de mudança social.

I TÓPICO: O ARGUMENTO INSTITUCIONALISTA

Leitura principal:

Immergut, Ellen (1998) “The Theoretical Core of the New Institutionalism”, Politics and Society, vol.26, no.1, março 1998.

Leitura Complementar:

Cammack, Paul (1992), “The new institutionalism: predatory rule, institutional persistence, and macro-social change” in Economy and Society, vol.21, no.4, novembro 1992.

Douglas, Mary (1998) Como as Instituições Pensam, EDUSP, São Paulo.

Guy Peters, B. (1999); Institutional Theory in Political Science. The “New Institutionalism”, Pinter, Londres e Nova York.

Hall, Peter e Rosemary Taylor (1996) “Political Science and the Three New Institutionalisms”, Political Studies, vol.XLIV, no.5, dezembro 1996.

Kato, Junko (1996) “Review Article: Institutions and Rationality in Politics - Three Varieties of Neo-Institutionalists”, British Journal of Political Science, vol 26, part 4, outubro 1996.

Remmer, Karen L. (1997), “Theoretical Decay and Theoretical Development. The Resurgence of Institutional Analysis” in World Politics 50 (outubro 1997).

Soltan, Karol, Eric Uslaner e Virginia Haufler (1998); Institutions and Social Order, Ann Arbor, the University of Michigan Press.

II TÓPICO: AS TRÊS VARIANTES DO NOVO INSTITUCIONALISMO

A) Novo Institucionalismo e Escolha Racional

Leitura principal:

Guy Peters, B. (1998) “Rational Choice Theory and Institutional Theory” in Institutional Theory in Political Science, Pinter, London.

Ostrom, Elinor (1991) “Rational Choice Theory and Institutional Analysis: Toward Complementarity” American Political Science Review, vol.85, no.1, março 1991

Leitura de apoio:

Bates, Robert H. (1988) “Contra Contractarianism: Some Reflections on the New Institutionalism” in Politics and Society, vol.16, no.2-3 setembro 1988.

Knight, Jack (1992). “Introduction” in Institutions and Social Conflict. Cambridge, NY, Cambridge University Press

- Levi, Margaret (1981) "A Predatory Theory of Rule", *Politics and Society*, vol.10, n.4.
- Levi, Margaret (1997) "A Model, a Method, and a Map: Rational Choice in Comparative and Historical Analysis" in *Comparative Politics. Rationality, Culture and Structure*, Cambridge University Press.
- Tsebelis, George (1995) "Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism", *British Journal of Political Science*, vol.25, part 3, julho 1995.
- North, Douglass (1981) "A Neoclassical Theory of the State" in *Structure and Change in Economic History*, W.W. Norton and Company, Inc.
- North, Douglass (1990) *Institutions, institutional change and economic performance*, U.K., Cambridge University Press

B) Novo Institucionalismo e Teoria Organizacional

Leitura principal:

- March, James e Johan Olsen (1984) "The New Institutionalism: Organizational factors in political life", *American Political Science Review*, no.78, 1984
- Scott, Richard W. (1987) "The Adolescence of Institutional Theory", *Administrative Science Quarterly*, vol.32, no.4, dezembro 1987.

Leitura de apoio:

- DiMaggio, Paul e Walter Powell (1983) "The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields" *American Sociological Review*, vol.48, no.2, abril 1983.
- Meyer, John e Brian Rowan (1977) "Institutional organizations: Formal structure as myth and ceremony", *American Journal of Sociology*, vol.83, pp.340-363, 1977

C) Institucionalismo e Teorias Histórico-Estruturais

Leitura principal:

- Thelen, Kathleen (1999) "Historical Institutionalism in Comparative Politics", *Annual Reviews of Political Science*, 2:369-404

Leitura de apoio:

- Doner, Richard (1992) "Limits of State Strength: Toward An Institutional View of Economic Development", *World Politics*, vol.44, no.3, abril 1992.
- Katznelson, Ira (1997) "Structure and Configuration in Comparative Politics", in Mark Lichbach e Alan Zuckerman *Comparative Politics. Rationality, Culture and Structure*, Cambridge University Press.

- Krasner, Stephen (1988) "Sovereignty: An Institutional Perspective", *Comparative Political Studies*, vol.21, no.1, abril
- Locke, Richard e Thelen, Kathleen (1995) "Apples and Oranges Revisited: Contextualized Comparisons and the Study of Comparative Labor Politics" in *Politics and Society*, vol.23, no.3, setembro 1995.
- Pierson, Paul (1993) "When effect become cause: policy feedback and political change", *World Politics*, 45(4):595-628
- Pierson, Paul (1996), "The Path to European Integration. A Historical Institutional Analysis", in *Comparative Political Studies*, vol.29, no.2, abril 1996
- Power, Timothy e Gasiorowski, Mark (1997), "Institutional Design and Democratic Consolidation in the Third World", in *Comparative Political Studies*, vol.30, no.2, abril 1997.
- Skocpol, Theda (1980) "Political Response to Capitalist Crisis: Neo-Marxist Theories of the State and the Case of the New Deal" in *Politics and Society*, vol.10, no.2, 1980.
- Steinmo, Sven e Tolbert, Caroline (1998), "Do Institutions Really Matter? Taxation in Industrialized Democracies" in *Comparative Political Studies*, vol.31, no.2, abril 1998
- Thelen, Kathleen e Sven Steinmo (1992) "Historical Institutionalism in comparative politics" in *Structuring Politics. Historical Institutionalism in comparative analysis*, Cambridge, UK, Cambridge University Press.